



RELATÓRIO

FRENTE PARLAMENTAR DE



COMBATE À

VIOLÊNCIA

POLÍTICA

DE GÊNERO

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO CEARÁ



ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ



FRENTE PARLAMENTAR DE



COMBATE À
VIOLÊNCIA
POLÍTICA
DE GÊNERO

FR

COMBATE À
VIOLÊNCIA
POLÍTICA
DE GÊNERO

Sobre a Frente Parlamentar de Combate à Violência de Gênero da ALECE

Idealizada em março de 2023, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) lançou, em agosto de 2023, a Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero, um colegiado formado por deputadas e deputados que se propõem a debater, propor e acompanhar medidas de prevenção e enfrentamento a esse tipo de violência.

A iniciativa da deputada Larissa Gaspar (PT), que atualmente preside a FPCVPG está inserida em um conjunto de esforços da ALECE que visa fortalecer políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres.

A Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero da ALECE surgiu, portanto, como uma resposta institucional à crescente preocupação com ataques sofridos por mulheres que atuam na política ou desejam ocupar esse espaço.

Entre as principais atribuições e atividades da Frente Parlamentar de Combate à Violência de Gênero da ALECE, destacam-se:

- **Recebimento e escuta qualificada:** No momento inicial de acolhimento, as vítimas encontram um espaço de confiança para relatar o ocorrido sem julgamentos ou pressões indevidas. Nesse estágio, o apoio psicológico e a escuta ativa são fundamentais para esclarecer a natureza dos fatos, evitando a revitimização.
- **Orientação sobre procedimentos legais e apresentação de notícia-crime, em caso de justa causa para denúncia penal:** Após a escuta, inicia-se o atendimento jurídico, no qual advogados(as) esclarecem o tipo de violência sofrida, suas implicações legais e as providências cabíveis. Isso inclui avaliar quais dispositivos jurídicos podem ser acionados (por exemplo, o crime de violência política de gênero previsto no art. 326-B do Código Eleitoral), além de verificar a possibilidade de solicitar medidas protetivas ou ingressar com representações junto ao Ministério Público.
- **Sensibilização e capacitação:** Em geral, são desenvolvidas ou apoiadas campanhas educativas e ciclos de formação voltados a gestores, servidores públicos e à população em geral. A frente também costuma promover eventos de conscientização sobre violência doméstica, violência sexual, violência política de gênero, assédio moral e institucional, entre outros temas correlatos.



A experiência acumulada evidenciou avanços significativos na prestação de apoio jurídico, na orientação de denúncias e na sensibilização através de campanhas e formações, fortalecendo a participação feminina e criando um ambiente político mais seguro e inclusivo, fazendo nascer a Rede de Acolhimento às Mulheres Mandatárias, Pré-Candidatas e Candidatas Vítimas de Violência Política de Gênero (Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero).

A PPCVPG reflete o compromisso de transformar as lições aprendidas em diretrizes concretas, garantindo que os mecanismos de acolhimento, atendimento e prevenção se mantenham robustos e ampliados, contribuindo para a proteção dos direitos políticos das mulheres e para a erradicação de práticas discriminatórias.

Da Rede de Acolhimento às Mulheres Mandatárias, Pré-Candidatas e Candidatas Vítimas de Violência Política de Gênero

A Rede de Acolhimento às Mulheres Mandatárias, Pré-Candidatas e Candidatas Vítimas de Violência Política de Gênero trata-se de uma iniciativa da Frente Parlamentar para garantir o livre exercício dos direitos políticos das mulheres, conforme disposto no art. 326-B do Código Eleitoral.

A iniciativa visa oferecer assistência jurídica, suporte científico e ações educativas para assegurar que práticas discriminatórias e obstaculizadoras não impeçam a participação feminina no espaço político. Seus objetivos incluem fornecer atendimento jurídico especializado às vítimas de VPG, consolidar e analisar dados para subsidiar políticas públicas baseadas em evidências, promover ações educativas que sensibilizem instituições e agentes públicos, além de monitorar e avaliar o impacto da violência política de gênero, embasando estratégias de proteção eficazes.

A Rede se estrutura em três eixos principais. O Eixo Jurídico garante acesso à justiça e responsabilização dos agressores, oferecendo orientação legal e acompanhamento dos casos. O Eixo Científico consolida informações sobre VPG, servindo de base para o aprimoramento de leis e para uma atuação cada vez mais embasada em dados, enquanto o Eixo Educativo promove ações de formação e conscientização que envolvem seminários para mulheres na política, equipes de campanha e partidos políticos, com o intuito de criar um ambiente mais seguro e democrático.

Com isso, a presente proposta responde à urgência de proteger as mulheres que enfrentam ameaças, assédios e demais condutas que caracterizam violência política de gênero, fortalecendo sua presença na esfera pública e contribuindo para um cenário institucional livre de intimidações e restrições à participação feminina.

Contexto da Rede de Acolhimento às Mulheres Mandatárias, Pré-Candidatas e Candidatas Vítimas de Violência Política de Gênero

A violência política de gênero no Brasil vem ganhando cada vez mais visibilidade, manifestando-se em diferentes níveis: agressões físicas, ameaças, assédio, violência simbólica ou institucional. Esse cenário foi mapeado inicialmente pelo *Relatório 2020-2021 de Violência Política Contra a Mulher*¹, que apresentou conceitos, principais formas de manifestação e os desafios institucionais que dificultam a participação efetiva de mulheres na política. O documento mostrou que essas violências incidem sobre mulheres de distintos espectros ideológicos, servindo-se de estereótipos de gênero para minar sua credibilidade e restringir o exercício de seus direitos políticos. Em algumas situações, a violência extrapola a dimensão física e atinge formas mais sutis de constrangimento ou assédio, o que reforça a importância de esforços conjuntos entre o poder público e a sociedade civil na prevenção, acolhimento, responsabilização de agressores e criação de condições favoráveis à atuação das mulheres nos espaços políticos².

Levantamentos realizados por entidades como a Terra de Direitos³ e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁴ corroboram o aumento expressivo desse tipo de violência nos últimos anos. Conforme dados do TSE, em 2020, foram registrados ao menos 263 crimes violentos contra candidatas e pré-candidatas, incluindo 99 homicídios tentados ou consumados. Há também relatos de ameaças, difamações e deslegitimação do trabalho das mulheres, com 53% das prefeitas entrevistadas pelo Instituto Alziras⁵ relatando situações de assédio e outras violências, como falta de apoio dos próprios partidos. O ambiente virtual, em especial, tem sido palco de ofensas e xingamentos diários ligados à aparência e ao gênero, evidenciando o crescimento das agressões digitais.

A Lei nº 14.192/2021, que prevê medidas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra as mulheres, significou um avanço legal. Ela estabelece a punição de atos que constroem, assediem ou ameacem mulheres durante campanhas eleitorais ou no exercício de mandatos.

1 **Observatório de Violência Política Contra a Mulher (2021).** Relatório 2020-2021 de Violência Política Contra a Mulher. Brasília: Transparência Eleitoral Brasil.

2 **Observatório de Violência Política Contra a Mulher (2023).** Relatório 2022-2023 de Violência Política Contra a Mulher. Brasília: Transparência Eleitoral Brasil. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/>. **AzMiná; InternetLab (2018).** "Gorda", "porca", "burra": candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes/>

3 **Terra de Direitos e Justiça Global (2020).** Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020.

4 **Tribunal Superior Eleitoral (TSE).** Estatísticas de crimes violentos contra candidatas (2020). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>

5 **Instituto Alziras (2021).** Perfil das prefeitas no Brasil. Disponível em: <https://prefeitas.org.br/>

Da Comissão Interinstitucional de Prevenção à Violência Política de Gênero no Ceará do TRE-CE: parceria com a FPCVPG

Já o *Relatório 2022-2023 de Violência Política Contra a Mulher*⁶ aprofunda esse diagnóstico, com pesquisas aplicadas, análise de missões de observação eleitoral e estudos sobre a atuação do Ministério Público e de procuradorias especiais da mulher, indicando a ampliação de iniciativas de denúncia e repressão a agressões. Em 2022, a temática passou a figurar com maior frequência em discursos de candidatas, em organizações civis e na mídia, sendo a violência psicológica e a virtual as formas mais comuns.

O relatório destaca, ainda, a necessidade de olhar para a interseccionalidade: mulheres negras (pretas e pardas), mulheres trans e, em menor escala, mulheres indígenas, enfrentam discriminações multiplicadas, aumentando o risco de ataques e tornando-as mais vulneráveis. Aponta-se também a burla às cotas de gênero e a retenção de recursos de campanha para candidatas, evidenciando a violência política de ordem econômica. Embora as instituições tenham intensificado as investigações e aumentado os canais de denúncia, ainda faltam mecanismos de maior publicidade e agilidade para lidar com ofensas e ameaças online.

Entre as propostas para enfrentar a violência política de gênero de forma mais efetiva estão as campanhas de conscientização contínuas — para além do período eleitoral —, que considerem recortes de raça e identidade e envolvam desde escolas e partidos até redes sociais, bem como o aperfeiçoamento das sanções, o envolvimento ativo dos partidos e a proteção às militantes e apoiadoras de campanhas. Mesmo com a promulgação de novas leis e a expansão de políticas preventivas, a violência permanece especialmente forte no âmbito psicológico e digital, afetando mulheres de diversas correntes ideológicas e se intensificando entre grupos mais vulneráveis, como negras e trans. Assim, o objetivo maior é garantir um ambiente político e eleitoral seguro e plural, fortalecendo a democracia por meio da proteção dos direitos de todas as mulheres.

A Comissão Interinstitucional de Prevenção à Violência Política de Gênero no Ceará, lançada em julho de 2024 por iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE)⁷, representou um passo relevante na articulação de diferentes órgãos e instituições em torno do enfrentamento às práticas discriminatórias contra mulheres no âmbito político. Na mesma ocasião, houve a assinatura de um pacto estadual que contou com a participação de diversos atores, como a Defensoria Pública e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-CE), reforçando a integração dos poderes e da sociedade civil no desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção e repressão.

De acordo com as notícias divulgadas, a Comissão procurou construir um ambiente eleitoral mais seguro, estimulando a troca de informações, o encaminhamento de denúncias e o acolhimento a mulheres candidatas e mandatárias que sofressem assédios, ameaças ou violência de outra natureza. Além disso, a criação de estratégias unificadas, que abrangeram desde campanhas educativas até a formalização de procedimentos de atendimento, visou agilizar respostas institucionais e garantir a proteção dos direitos políticos das mulheres.

Ao assumir responsabilidades como a definição de protocolos de atuação, a viabilização de canais de denúncias específicos e a articulação entre organismos como a Defensoria, a SSPDS-CE e o próprio TRE-CE, a Comissão fortaleceu o combate sistemático a comportamentos que obstruíssem ou desestimulassem a participação feminina na política. A assinatura do pacto inaugurou uma fase de cooperação efetiva, permitindo que as medidas planejadas se convertessem em resultados concretos e contribuíssem para a consolidação de um processo eleitoral mais equitativo e livre de violência de gênero.

A parceria entre a Comissão Interinstitucional de Prevenção à Violência Política de Gênero e a Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero representou um marco significativo para o fortalecimento da política de enfrentamento ao problema no Ceará.

Ao somar esforços, essas instâncias passaram a atuar de forma coordenada, ampliando o alcance de ações destinadas à proteção das mulheres que disputavam

6 **Observatório de Violência Política Contra a Mulher (2023).** Relatório 2022-2023 de Violência Política Contra a Mulher. Brasília: Transparência Eleitoral Brasil.

7 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ (TRE-CE). Membros da Comissão Interinstitucional de Prevenção à Violência Política de Gênero tomam posse. 2024. Disponível em: <https://www.tre-ce.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/membros-da-comissao-interinstitucional-de-prevencao-a-violencia-politica-de-genero-tomam-posse>. Acesso em: 29 jul. 2024.

cargos eletivos ou já ocupavam mandatos. Embora a parceria esteja ainda em fase inicial, sinaliza uma perspectiva promissora de cooperação contínua, envolvendo tanto os mecanismos de fiscalização e acompanhamento criados pela Comissão quanto a capacidade de articulação política da Frente.

Esse alinhamento possibilitará não apenas o aprimoramento de protocolos de atendimento e acolhimento, mas também o diálogo direto com as bases eleitorais e movimentos sociais, reforçando a rede de apoio às vítimas.

Um ano e meio de ação da Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero

Idealizada em março de 2023 e instalada em agosto de 2023, ao longo de um ano e meio de atuação, entre 2023, 2024 e o início de 2025, a Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero vem promovendo ações concretas para assegurar o cumprimento de leis federais e estaduais já existentes, em especial a Lei nº 14.192/2021, bem como conferir maior visibilidade aos casos de assédio, difamação, ameaças e agressões cometidas contra mulheres que exercem direitos políticos, ainda que os fatos não estejam, propriamente tipificados, no art. 326-B do Código Eleitoral.

Paralelamente, a Frente Parlamentar investe em iniciativas de sensibilização e capacitação para gestores, servidores públicos e a sociedade em geral, desenvolvendo campanhas educativas, ciclos de formação e eventos de conscientização.

Eixo Jurídico

- Verificou-se, ao longo do período, um crescimento de atendimentos e processos relacionados à violência política de gênero, culminando na emissão de pareceres e na abertura de procedimentos formais. Em diversos casos, embora não houvesse configuração do crime específico, mantiveram-se condutas discriminatórias desproporcionais.

Eixo de Educação Política

- Foram realizados cursos, oficinas e palestras, alcançando grande número de participantes e despertando interesse de lideranças locais. Expandiu-se a divulgação das iniciativas e a elaboração de materiais de apoio, principalmente voltados a comunidades mais vulneráveis, com foco em incentivar a participação feminina e combater práticas de violência política.

Eixo Científico

- Registrou-se avanço na coleta de dados em parceria com instituições acadêmicas, mas ainda há necessidade de consolidar e atualizar informações para embasar políticas públicas e propostas legislativas. Possíveis cooperações adicionais com universidades e laboratórios de pesquisa podem ampliar a compreensão sobre a violência política de gênero, fornecendo subsídios para ações mais efetivas.

A FPCVPG em números

Educação política para o reconhecimento e combate à violência política de gênero:

- Realização de **10 eventos e seminários regionais** sobre violência política de gênero, envolvendo lideranças comunitárias, estudantes, servidoras e servidores públicos.

Atendimento jurídico:

- **Criação de um núcleo especializado** que realizou, até março de 2025, 29 atendimentos a vítimas ou potenciais vítimas, fornecendo orientação sobre medidas e procedimentos legais.
- Em **30% dos casos analisados**, constatou violência política de gênero, resultando na formalização de Notícia-Crime junto ao Ministério Público Eleitoral.
- Em aproximadamente 43% dessas denúncias, embora não se configurasse juridicamente o crime de violência política de gênero, verificaram-se outras formas de assédio, retaliação ou condutas discriminatórias, que se mostraram desproporcionais quando comparadas aos casos envolvendo homens em circunstâncias análogas.

Denúncias:

- Em **80% dos casos denunciados**, já há condenação, denúncias recebidas e inquéritos instaurados.
- A atuação da Frente Parlamentar resultou na **primeira condenação de violência política de gênero no Ceará** e, segundo algumas fontes, do Brasil, em 2023.

Avaliação de um ano e meio de ação da Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero

Ao longo de dezoito meses de trabalho, a Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero demonstrou avanços que estimulam a continuidade e a expansão das ações desenvolvidas. No Eixo Jurídico, a agilidade na emissão de pareceres e na abertura de processos revelou maior efetividade na resposta a denúncias, conferindo às vítimas respaldo jurídico mais célere e evidenciando o compromisso em responsabilizar agressores. No Eixo de Educação Política, a promoção de cursos, oficinas e palestras foi determinante para envolver comunidades e lideranças locais, o que reforça o papel essencial da formação e da sensibilização na consolidação da participação feminina na vida pública e na prevenção de práticas discriminatórias.

Por fim, no Eixo Científico, a colaboração com instituições acadêmicas viabilizou a coleta de dados que subsidiam uma compreensão mais aprofundada do fenômeno da violência política de gênero, fornecendo diretrizes concretas para o aprimoramento de políticas e tomadas de decisão futuras. Em conjunto, esses resultados demonstram o potencial de impacto positivo quando as dimensões técnicas, formativas e de pesquisa atuam em sinergia, mesmo que a estrutura seja reduzida ou disponha de recursos limitados. A experiência acumulada neste período não apenas destaca conquistas pontuais, mas também sinaliza oportunidades de aprimoramento que, se devidamente aproveitadas, tendem a fortalecer ainda mais o enfrentamento da violência política de gênero.

Ademais, a parceria firmada com a Comissão Interinstitucional de Prevenção à Violência Política de Gênero do TRE-CE releva que o trabalho da Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero tem sido reconhecido pelas instituições e se consolidado como uma estratégia eficaz para ampliar e integrar ações de prevenção, acolhimento e fiscalização. Essa colaboração reforçou o compromisso de criar um ambiente político mais seguro e inclusivo, beneficiando as mulheres que, historicamente, se sentiram desprotegidas e intimidadas no exercício de seus direitos políticos.

Integre a rede de apoio da Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero

Convidamos todas as mulheres interessadas a integrar a nossa rede de apoio, fortalecendo a Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero. Este é um chamado para que compartilhem suas experiências e levem a voz das mulheres e das instituições de combate à VPG aos seus respectivos parlamentos, contribuindo para transformar realidades locais. Ao unir forças, pretendemos promover boas práticas fundamentadas no respeito, na reciprocidade e na eliminação de toda forma de discriminação, assegurando que cada denúncia seja ouvida e cada conquista celebrada. Acreditamos que, juntas, podemos construir um ambiente político mais seguro, inclusivo e democrático, onde as mulheres tenham seu papel reconhecido e valorizado. Venha fazer parte desta iniciativa e transformar a política em um espaço de participação plena e equitativa para todas.

Parceria acadêmica: FPCVPG + Grupo Ágora (UFC).

A parceria acadêmica firmada com o Grupo Ágora, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem se destacado como um espaço de diálogo, partilha e troca de ideias fundamentais para o enfrentamento à violência política de gênero.

A colaboração tem possibilitado o aprimoramento contínuo da política, servindo de alicerce para as ações de prevenção e acolhimento às mulheres no ambiente político.

O ambiente de diálogo e de partilha de ideias cria um espaço propício para transformar o cenário eleitoral em um ambiente mais inclusivo e seguro. Assim, a sinergia entre a academia e as iniciativas políticas reforça o papel da pesquisa na construção de políticas públicas que garantam o respeito e a igualdade de oportunidades para todas as mulheres, pavimentando o caminho para uma participação plena e digna na vida política.





Deputada Larissa Gaspar

Presidenta da Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero

Fala da Presidenta da Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero

“Há um ano e meio, iniciamos nossa caminhada para enfrentar a violência política de gênero, com o objetivo de promover acolhimento às vítimas e fortalecer nossa democracia. Os desafios que nos trouxeram até aqui continuam, mas podemos afirmar, sem dúvida, que avançamos. Por meio do nosso trabalho, conseguimos encurtar as distâncias entre as mulheres que sofrem assédio e ameaças e as instituições que podem oferecer suporte jurídico, psicológico e político.

Nessa jornada, a atuação conjunta tem sido um fator determinante: graças às parcerias estabelecidas, aumentamos o alcance das ações de acolhimento e intensificamos as iniciativas de formação e conscientização, o que resultou em mais mulheres sentindo-se seguras para denunciar agressões e exigir respeito. Ainda há muito a ser feito para que a participação feminina na política seja plena e livre de quaisquer formas de violência ou discriminação, mas cada vitória, por menor que pareça, demonstra o potencial transformador da união de esforços.

Reconhecemos que a tarefa não se esgota apenas em levar o tema ao debate público: é preciso continuar construindo pontes entre quem sofre a violência e quem tem condições de prestar apoio. Por isso, nosso compromisso se mantém firme em fortalecer a rede de proteção e, sobretudo, garantir que cada mulher, ao se candidatar ou exercer um mandato, encontre respaldo imediato das instituições. A democracia exige que todas tenham voz e espaço para atuar sem medo de represálias. Por isso, seguiremos trabalhando, evoluindo nossos métodos, ampliando o acolhimento e buscando soluções que assegurem a presença feminina nos espaços de poder.

Concluo manifestando minha gratidão a todas e todos que se uniram a nós neste um ano e meio, pois cada passo conquistado nasce do empenho coletivo de pessoas que acreditam numa sociedade justa, equitativa e solidária. Que este seja apenas o começo de uma transformação profunda no cenário político, onde as mulheres possam não apenas ocupar o seu lugar, mas também liderar, propor e governar sem receio de violência ou intimidação.”

FRENTE PARLAMENTAR DE



COMBATE À
VIOLÊNCIA
POLÍTICA
DE GÊNERO

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO CEARÁ



ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

